

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

Conselho Executivo
Sétima Sessão Ordinária
28 de Junho a 2 de Julho de 2005
Tripoli, Líbia

EX.CL/177 (VII)

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO
DOS REFUGIADOS, RETORNADOS E DESLOCADOS
EM ÁFRICA, A SER APRESENTADO À 7ª SESSÃO ORDINÁRIA

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS, RETORNADOS E DESLOCADOS EM ÁFRICA, A SER APRESENTADO À 7ª SESSÃO ORDINÁRIA

I. INTRODUÇÃO

1. Desde que o Conselho Executivo se reuniu em Janeiro de 2005, a Comissão da União Africana, juntamente com o Sub-comité do Comité dos Representantes Permanentes sobre os Refugiados e os seus parceiros continuaram a acompanhar e os seus parceiros continuaram a acompanhar de perto o problema dos refugiados, retornados e pessoas internamente deslocadas em África, incluindo esforços tendentes a encontrar soluções duradouras para estes problemas. Este relatório inclui a implementação do Programa de Actividades da Comissão baseado essencialmente nas Decisões do Conselho Executivo (EX.CL/Dec. 179 (VI) adoptado em Abuja, Nigéria, em 2005 e no EX.CL/Dec.127 (V) adoptado em Adis Abeba, Etiópia. O relatório aborda os feitos e desafios enfrentados na busca de soluções duradouras para a grave situação resultante da deslocação forçada de pessoas em África.

II. REVISÃO DA SITUAÇÃO GERAL DOS REFUGIADOS, RETORNADOS E PESSOAS INTERNAMENTE DESLOCADAS

2. Durante o período em análise, registaram-se muitos desenvolvimentos positivos, incluindo o repatriamento de pessoas em Angola, Libéria, Somália e Burundi. Não obstante, alguns incidentes resultantes de guerras civis e conflitos persistentes em alguns Estados Membros continuaram a prejudicar os esforços visando pôr fim aos desafios relacionados com a situação humanitária e de segurança nesses países e nas respectivas sub-regiões.

3. Devido ao fluxo recente de novos casos de refugiados maioritariamente da região de Darfur no Sudão, da República Democrática do Congo (RDC) e do Togo, o seu número no Continente aumentou de 3,5 para cerca de 4 milhões. De acordo com os últimos dados disponíveis, durante o mesmo período, o número de pessoas internamente deslocadas baixou de 15 para cerca de 13 milhões. A magnitude da deslocação forçada é ainda tão grande o que constitui um pesado fardo para os países receptores de refugiados e ameaça a paz, segurança e estabilidade em todo o Continente.

4. O Continente é igualmente afectado por calamidades naturais e provocadas pelo homem, que têm provocado a deslocação forçada de população dentro e fora do Continente. Algumas destas deslocações periódicas enquanto que as outras são mais permanentes. A fragilidade do ambiente, o fenómeno do clima imprevisível associados à capacidade limitada de alerta prévio, prevenção, prontidão e resposta continuam a expor um grande número de pessoas em África aos caprichos da natureza e aos desastres provocados pelo homem.

5. Durante o período em análise, e numa perspectiva mais positiva e possível dizer que foi dada continuidade ao exercício de repatriamento voluntário em curso para os

refugiados da Somália, Libéria, Burundi e um pequeno número de Sierra Leoninos restantes. Além disso, centenas de sudaneses do Sul do Sudão regressaram a casa após mais de duas décadas de vida no exílio. O ACNUR está igualmente a planear o repatriamento de cerca de 203.000 refugiados em 2005.

6. Apesar destes desenvolvimentos os países de asilo continuam a hospedar centenas de milhar de refugiados, pelo que merecem o devido reconhecimento pelo seu cometimento contínuo à Carta e ao espírito da Convenção de 1969, relativa aos aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África e a Convenção de 1951 das Nações Unidas sobre a Situação dos Refugiados, bem como o seu Protocolo de 1967. Os Estados Membros da União Africana têm sido consequentes nos seus esforços visando oferecer hospitalidade aos refugiados. Infelizmente, o Continente está a ser cada vez mais confrontado com dificuldades em satisfazer as necessidades dos refugiados, visto que a fadiga dos doadores continua a corroer a base de recursos disponível para as exigências humanitárias. Em Maio de 2005, por exemplo, o Programa de Alimentação Mundial e o ACNUR reportaram que quase um quarto da população de refugiados, particularmente em África, passaria fome porque a Organização não havia recebido recursos suficientes para alimentar os refugiados que já estavam a depender de rações altamente reduzidas.

7. É portanto essencial que a Comunidade Internacional redobre os seus esforços com vista a assistir os países hospedeiros, através do provimento de recursos necessários. É necessário que esta assistência e cometimento continue após o regresso dos refugiados, particularmente no que diz respeito à reabilitação das comunidades que albergaram milhares de refugiados, tanto como uma expressão de solidariedade e partilha do pesado fardo com países que incorreram em enormes custos sócio-económicos para dar guarida a um grande número de refugiados e permitir que estas Comunidades se concentrem nos seus próprios problemas, incluindo a pobreza e o subdesenvolvimento. É também essencial que a Comunidade Internacional e os parceiros de desenvolvimento concentrem as suas atenção na necessidade de se estabelecer uma ligação entre o apoio humanitário e o desenvolvimento especialmente em situações pós-conflito.

III. ANÁLISE REGIONAL

A. REGIÃO NORTE

8. A Região Norte continua ainda refém do problema dos refugiados sarauís estimados em cerca de 165.000 a viverem nos campos de refugiados da República Democrática e Popular da Argélia, e um pequeno número noutros países da Região. As partes em questão ainda não ultrapassaram o impasse político que tem constituído um obstáculo para o apoio aos sarauís no exercício pleno do seu direito à auto-determinação.

Entretanto, os refugiados continuam a viver em condições deploráveis dependendo na totalidade da ajuda externa, para a sua sobrevivência. O ACNUR e o PAM

providenciaram o tão almejado apoio e protecção em áreas cruciais tais como alimentação, água, saúde, saneamento e transportes. Em 2004, o ACNUR organizou visitas “ir e ver” (go and see) e estabeleceu uma rede telefónica para permitir a comunicação entre famílias que deixaram de se ver ou falar por períodos superiores a 25 anos.

9. A situação de financiamento dos refugiados sarauís é tão dramática que em Março de 2005, em que os funcionários da UA no Sahara Ocidental tiveram que participar numa Conferência Conjunta de Doadores ACNUR/PAM sobre Assistência Humanitária aos Refugiados Sarauís em Tindouf, com vista a consolidar ainda mais os esforços tendentes a aumentar os recursos tão ansiados. Crê-se que a visita dos funcionários da UA tenha aumentado ainda mais o interesse dos países doadores no concernente à situação das pessoas apanhadas nesta imbróglio protelado dos refugiados, incluindo a carência aguda de géneros alimentícios, problemas de partilha de informação e coordenação entre os actores humanitários.

B. REGIÃO OCIDENTAL

10. A situação na Região Ocidental melhorou consideravelmente visto que alguns países continuaram a cumprir com os vários acordos assinados pelas partes e facções em conflito, e estão a ser feitos esforços visando a recuperação e a reconstrução pós-conflito. Por outro lado, o Benin e o Gana receberam milhares de novos refugiados togoleses que fugiram do seu país após a crise de sucessão ocorrida em Fevereiro de 2005 e as eleições realizadas em Abril de 2005.

11. Após as eleições realizadas no Togo a 24 de Abril de 2005, mais de 35.000 togoleses fugiram para os países vizinhos Benin e Gana. Nos finais de Maio de 2005 cerca de 20.000 refugiados procuraram refúgio no Benin e mais de 15.000 no Gana. Durante a última semana de Maio, 70 a 200 novas chegadas foram registadas numa base diária no posto fronteiriço de Hilakondji. O ACNUR está actualmente a reforçar a sua presença no terreno nos dois países, incluindo a abertura de um novo Escritório em Ho, a principal cidade da região Volta no Gana. A maioria dos refugiados são originários de Lomé, a capital do Togo e de Aneho, próximo da fronteira com o Benin.

12. A situação na Côte d'Ivoire registou melhorias após a assinatura de vários acordos pelo Governo e pelos grupos Rebeldes tais como o Acordo de Pretória assinado em Abril de 2005. Entretanto, centenas de ivoirenses ainda vivem no seio das comunidades locais ao longo da fronteira comum com a Libéria. É a segunda vez que muitas destas pessoas tiveram que fugir do país devido à violência que eclodiu de novo em Novembro de 2004. Os refugiados exprimiram o seu desejo de regressar à Côte d'Ivoire, quando a situação estiver estabilizada. O país dá igualmente asilo a cerca de 70.000 refugiados oriundos da Libéria.

13. A Guiné acolheu mais de metade de um milhão de refugiados da Libéria e da Sierra Leone nos últimos 16 anos. Com o repatriamento dos Sierra leoninos e o início do regresso dos refugiados liberianos, o país alberga actualmente cerca de 120.000

refugiados, a maioria dos quais liberianos. Desde Janeiro de 2005, as autoridades têm estado a informar o ACNUR sobre a necessidade de se reabilitarem as infra-estruturas e o ambiente nas áreas afectadas, particularmente em Gueckedou que recebeu o grosso do influxo de refugiados. O ACNUR está a trabalhar presentemente com os seus parceiros, doadores e outros intervenientes de desenvolvimento com vista a resolver estas questões.

14. Durante o período em análise, a situação humanitária na Libéria melhorou consideravelmente, em parte devido à implementação do Acordo de Paz e ao cumprimento das principais tarefas decorrentes da transição do conflito para a paz, incluindo os arranjos para a realização de eleições livres e justas previstas para o fim deste ano e o estabelecimento de um programa de desarmamento, desmobilização, reabilitação e reintegração (DDRR), para os antigos combatentes. Estes desenvolvimentos facilitaram o repatriamento em massa de refugiados e o regresso de pessoas internamente deslocadas (PIDs) para as suas aldeias, muitas delas de forma espontânea desde Agosto de 2003, e sob os auspícios do ACNUR a partir de Outubro de 2004.

15. Desde Outubro de 2004, cerca de 8.500 refugiados liberianos provenientes da Guiné, Sierra Leone, Gana e Nigéria foram repatriados e 62.000 PIDs regressaram aos seus locais habituais de residência, sob os auspícios do ACNUR. Um outro aspecto positivo é que 13 dos 15 distritos da Libéria foram declarados seguros para o regresso de refugiados e PIDs. Embora estes desenvolvimentos tendam a aumentar dramaticamente o número de regressados, considerando que o ACNUR tenciona repatriar aproximadamente 150.000 pessoas, espera-se igualmente que a média dos regressos aumente a pressão sobre a capacidade das comunidades locais sobreviverem lado a lado com os refugiados e retornados. É crucial, portanto, que a Comunidade Internacional aumente o seu apoio e disponibilize urgentemente recursos necessários para a conclusão efectiva do Programa DDRR e apoie a reintegração e reabilitação das populações regressadas, bem como as comunidades que as recebem.

16. Na Sierra Leone estão a ser implementados inúmeros programas de reintegração e reabilitação para regressados Sierra leoninos através do Governo e dos seus parceiros humanitários e de desenvolvimento incluindo o ACNUR, outras Agências da ONU, ONGs e Doadores. Estes programas incluem a formação, facilitação e apoio a projectos de capacitação da comunidade, bem como sistemas de aproveitamento de água e construção. A Sierra Leone também alberga refugiados de outros países, principalmente da Libéria, que beneficiam de protecção e de programas de beneficência e manutenção providenciados pelo ACNUR, pelo Governo e outros parceiros locais e internacionais. Mais de 5.000 refugiados liberianos regressaram da Sierra Leone desde o início das actividades de repatriamento em Outubro de 2004.

C. REGIÃO CENTRAL

17. A Região central também é palco da deslocações forçadas da população dentro e fora da Região. Enquanto o repatriamento e a movimentação dos regressados tem lugar

em algumas áreas, há pessoas que abandonam as suas habitações em busca de refúgio noutros locais por razões várias.

18. No Burundi, milhares de refugiados continuam, a regressar ao país, principalmente da Tanzânia, sob os auspícios do programa de repatriamento voluntário do ACNUR. Desde Março de 2003, o ACNUR repatriou mais de 158.000 refugiados burundeses da Tanzânia e até finais de 2005 planeia repatriar mais de 150.000. dos quais 85.000 da Tanzânia e os restantes de outros países vizinhos. O Burundi também dá asilo a 9.0000 refugiados rwandeses, mais de metade dos quais estão fixados ao longo da fronteira comum entre os dois países.

19. Devido à guerra civil que está a assolar a região de Darfur no Sudão desde o princípio do ano de 2003, o Chade tornou-se acolhedor de cerca de 230.000 refugiados sudaneses acomodados em 12 campos na parte oriental do país. O número de refugiados, quase que duplicou num período de um ano e cerca de 200.000 destes refugiados foram transferidos pelo ACNUR e os seus parceiros, das áreas fronteiriças voláteis para o interior de modo a garantir a sua protecção e assistência.

20. As Organizações Humanitárias que operam no terreno informaram que o principal problema dos refugiados no Chade, se prendia com a grave carência de água. A maioria dos refugiados tinha acesso a menos de metade do mínimo aceitável de 15 litros de água por pessoa por dia. Outras dificuldades por eles enfrentadas incluem a falta de alimentos, lenha e oportunidades de ensino. Até Abril de 2005 foi anunciado que cerca de 20.000 pessoas tinham regressado do Chade, bem como de vilas e aldeias dentro de Darfur.

21. A guerra na República Democrática do Congo (RDC) terminou oficialmente em 2003. Não obstante, pessoas continuam a fugir em busca de refúgio no exterior, milhares estão internamente deslocadas e muitas outras morrem diariamente como consequência da guerra. A situação é particularmente grave no distrito de Ituri na parte oriental do país onde, apesar da presença de mais de 4.000 capacetes azuis, mais de 100.000 pessoas abandonaram as suas casas num período de três meses. As Agências Humanitárias anunciaram que estavam a enfrentar grandes dificuldades para levarem a cabo as suas actividades devido principalmente, à perseguição perpetrada por milícias activas na zona.

22. Por outro lado, os refugiados continuam o regressar para a província do Equador que está a conhecer uma calma relativa. Durante o período em análise, o ACNUR repatriou cerca de 2000 refugiados da República Centro Africana (RCA) e outras centenas regressaram voluntariamente da República do Congo, onde o número de refugiados da RDC é estimado em cerca de 60.000. O ACNUR planeia assistir aproximadamente 24.000 destes refugiados para o seu regresso ainda este ano. A Agência reportou igualmente que esta operação, em termos logísticos constituirá o programa de repatriamento voluntário mais ambicioso que já levou a cabo até à data, visto que a rota do regresso implica passar por florestas tropicais densas, numerosos cursos de água e estradas de pisos bastante irregulares. Os regressados necessitam

igualmente de muito apoio, de modo a reintegrarem-se efectivamente nas suas comunidades.

D. REGIÃO ORIENTAL

23. Foram constatados desenvolvimentos positivos na Região Oriental durante o período em análise. Contudo e apesar destes desenvolvimentos, terão que ser feitos mais esforços para a região abrir caminho para o regresso de milhões de refugiados e deslocados internos.

24. O número de refugiados na Etiópia continua a diminuir consideravelmente como resultado do repatriamento da maioria dos refugiados somalís para a “Somalilândia”, e “Puntlândia”. O penúltimo dos oito campos de refugiados somalís na parte oriental da Etiópia foi encerrado recentemente ficando apenas um campo com uma população de cerca de 10.500 refugiados. É de recordar que mais de 600.000 refugiados somalís procuraram asilo nestes oito campos, incluindo Hartishek (que numa dada altura chegou a albergar mais de 260.000 refugiados) por mais de 16 anos. Um pequeno número de refugiados sudaneses também regressou ao seu país, espontaneamente. Todavia, o país ainda prevê albergar mais de 110.000 refugiados em sete campos. Algumas partes do país foram assoladas pela seca e cheias que vitimaram um grande número de pessoas, deixaram milhares de outras sem abrigo, destruíram grandes parcelas de terra arável e de pasto e desarticularam as rotas de transporte, principalmente nas partes oriental e sul do país.

25. O Quénia que alberga mais de 200.000 refugiados, a maioria dos quais oriundos da vizinha Somália, também foi assolado por chuvas torrenciais e cheias na parte nordeste do país, incluindo o vasto campo de refugiados somalís em Dadaab. Cerca de 25.000 refugiados somalís foram vítimas das cheias e desalojados das duas casas. Durante o mesmo período, o país também recebeu mais de 3.000 novos refugiados do Sudão no campo de Kakuma, localizado no noroeste do Quénia.

26. Durante o período em revista, o Rwanda recebeu cerca de 50.000 refugiados dos quais aproximadamente 43.000 da RDC, perto de 6.000 do Burundi e os restantes de outros países. Durante este período, o país recebeu refugiados da RDC a uma média de 50 pessoas por dia nos centros de trânsito localizados nas províncias de Gisenyi e Cyangugu. O ACNUR deu início ao reassentamento destes refugiados em locais no interior do país, longe da zona fronteira. Mais de 2000 refugiados rwandeses também regressaram da RDC e o Governo continua a expressar a sua prontidão em receber os seus nacionais, incluindo antigos combatentes assim como em apoiar a sua reintegração na sociedade.

27. Na Somália, os desenvolvimentos positivos registados no processo de paz saldaram-se na eleição do Presidente do Governo Federal Provisório da Somália em Outubro de 2004. Estes desenvolvimentos poderão conduzir à paz, a estabilidade e eventualmente ao retorno de mais de 400.000 refugiados espalhados na região, principalmente nas partes central e sul do país. Também se prevê o regresso de cerca

de 370.000 PIDs para as suas comunidades, logo que a situação se estabilize. Mogadíscio, a capital do país, tem uma população de PIDs estimada em cerca de 250.000 pessoas. Cerca de 120.000 estão espalhadas na “Somalilândia” e “Puntlândia”. Note-se que mais de um milhão de refugiados e PIDs regressaram à Somália durante os últimos anos – a grande maioria para a “Somalilândia” e “Puntlândia”.

28. A Comunidade Internacional é instada a prestar apoio aos refugiados que regressam e às PIDs, com vista a garantir a sua sustentabilidade após o seu regresso através da reabilitação e reconstrução sócio-económica especialmente nas áreas que gozam actualmente de uma paz e estabilidade relativas.

29. A situação humanitária no Sudão tem duas características distintas. A conclusão do Acordo Abrangente de Paz entre o Governo do Sudão e o SPLM/A em Janeiro de 2005, por um lado, e por outro, a crise contínua na região de Darfur. O Acordo Abrangente de Paz pôs fim a mais de duas décadas de guerra civil. O povo do Sudão está determinado em reconstruir as suas vidas despedaçadas e em sanar a situação de segurança se o Sul se mantiver calmo. Estes desenvolvimentos abrirão o caminho para o regresso, reassentamento, reintegração e reabilitação de cerca de 550.000 refugiados em países vizinhos e das mais de 4 milhões de pessoas um aumento significativo de regressados já começou a afluir para muitas partes do Sul do Sudão. As Agências da ONU, por exemplo, anunciaram que cerca de 82.000 regressados e PIDs chegaram à sete “Payamas” do distrito de Yambio para além da movimentação regular de populações de e para a área de Juba, incluindo alguns refugiados regressados da Etiópia.

30. A reintegração e a sustentabilidade do regressos dos refugiados no Sudão dependerá essencialmente, do apoio acrescido e sustentado dos doadores. O financiamento de programas vitais tem sido até a data muito lento. É extremamente importante que os doadores honrem os seus compromissos no valor de cerca de 4,5 milhões de \$EU para o período compreendido entre 2005 e 2007, feitos durante a Conferência de Oslo em Abril de 2005. A libertação total atempada destes fundos é vital para garantir a implementação efectiva do Acordo de Paz incluindo os programas que abarcam o repatriamento, reintegração e reabilitação de refugiados e PIDs assim como a reconstrução do Sul do Sudão.

31. O conflito em Darfur afectou aproximadamente 2,45 milhões de pessoas. De acordo com as Agências da ONU, mais de 2,2 milhões de pessoas são deslocados internos, enquanto que cerca de 230.000 fugiram para o Chade Oriental em busca de refúgio. Prevê-se que a população afectada pelo conflito aumente ainda mais apesar de alguns regressos. O Escritório da ONU para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (ECAH) estima que o número de pessoas directamente afectada pelos efeitos combinador do conflito e chuvas fracas em 2004, pode ultrapassar os 13 milhões.

32. Um grande número de Organizações Humanitárias está envolvido na prestação de assistência tal como na protecção dos direitos humanos, o abastecimento em água e produtos alimentares, saneamento, provisão de abrigo e produtos não-alimentares e serviços básicos de saúde. Embora a situação da população afectada pelo conflito no

geral continue muito frágil, notou-se que foram feitos grandes esforços para fazer se chegar a assistência humanitária. Por exemplo, é digno de nota referir aqui que o número de trabalhadores ligados à ajuda humanitária subiu repentinamente de uns míseros 200 em Março de 2004, para mais de 10.000 em Abril de 2005 de acordo com relatórios do ECAH. Além disso, o acesso crescente dos trabalhadores de ajuda humanitária às populações afectadas e a presença de monitores da União Africana contribuiu de forma significativa para a melhoria da situação, incluindo a redução da violação dos direitos humanos e a prestação de assistência. Apesar destes desenvolvimentos positivos, a violência e a insegurança continuam a dominar a agenda humanitária internacional, visto que a maioria dos refugiados e PIDs ainda vive sob o estigma do medo e é incapaz de regressar aos seus locais de origem. A insegurança que prevalece na zona continua igualmente a impedir a prestação de ajuda humanitária e põe em perigo a segurança dos trabalhadores humanitários.

33. O número de refugiados na Tanzânia continua a diminuir, na medida em que milhares de refugiados burundeses optam por regressar ao seu país ao brigo do programa do repatriamento voluntário do ACNUR. Como resultado, alguns dos campos de refugiados, com menos de 10.000 pessoas, serão encerrados e os restantes serão transferidos para outros com maior capacidade, ao abrigo do Acordo Tripartido assinado entre a Tanzânia, o Burundi e o ACNUR. Para além dos 240.000 refugiados a viverem em campos, a Tanzânia também alberga cerca de 200.000 burundeses em colónias, cidades e vilas. O país também é local de refúgio para mais de 150.000 refugiados da RDC e perto de 3.000 somalís.

34. A situação humanitária no Norte do Uganda constitui ainda motivo de grande preocupação para a União Africana e para a Comunidade Internacional no geral. A população de pessoas internamente deslocadas que vive em mais de 200 campos é estimada em mais de 1,8 milhões de pessoas. O LRA ainda continua a cometer atrocidades contra civis inocentes maioritariamente mulheres e crianças. As Agências da ONU continuam a apelar ao mundo para prestar mais atenção a este problema e envidar esforços visando o retorno à paz e normalidade nesta parte do país. Para além dos problemas características dos PIDs, o país também serve de refúgio para mais de 223.000 refugiados maioritariamente do Sudão. Durante o período em revista, o ACNUR reportou que o país recebeu perto de 4.200 novos refugiados do Sudão e da RDC assim como um número reduzido do Rwanda. A Comissão da União Africana também contribuiu com 150.000 \$EU para a Sociedade da Cruz Vermelha do Uganda com vista a apoiar os seus programas relativos às PIDs, que incluem o abastecimento em água, saneamento, saúde, prevenção e resposta à violência com base no sexo e no género.

E. ÁFRICA AUSTRAL

35. Um dos principais desenvolvimentos registados na região da África Austral foi o regresso dos refugiados angolanos e o encerramento dos campos que os albergavam. O repatriamento dos angolanos será o segundo maior regresso de refugiados depois do regresso bem sucedido de refugiados moçambicanos em 1992. Actualmente, o

repatriamento dos refugiados angolanos é feito a partir da RDC, Zâmbia e Namíbia. Prevê-se que o grosso destas operações esteja concluído até Outubro de 2005.

36. Prevê-se que Angola receba de volta os seus nacionais que vivem exilados na região até ao final do ano. O ACNUR está a planear o repatriamento de cerca de 53.000 refugiados enquanto se espera que outros regressem espontaneamente. Apenas cerca de 3.000 refugiados a residirem na República do Congo e alguns na Zâmbia ainda não expressaram o desejo de regresso. O desafio que se segue será a reintegração, reabilitação e reconstrução efectiva das populações regressadas bem como das comunidades locais no vasto país dilacerado por três décadas de guerra e a procura de soluções duradouras para aqueles que permanecerão nos seus países de asilo.

37. Prevê-se que a população actual de refugiados na Zâmbia estimada em cerca de 300.000 diminua drasticamente, visto que a maioria dos refugiados angolanos retornará ao seu país ainda este ano. Em Março de 2004, o campo de refugiados de Ukwimi no leste do país foi encerrado após o regresso da maioria da população de refugiados angolanos. Os restantes refugiados foram transferidos para outros campos nas partes ocidental e noroeste do país. Entretanto, o país está a lançar um programa conhecido como a Iniciativa da Zâmbia que encoraja o investimento nas áreas que albergam refugiados e a auto-suficiência dos mesmos e das populações locais, através de programas multi-sectoriais envolvendo os refugiados, a comunidade local, departamentos governamentais, ONGs e outros parceiros locais e internacionais.

IV. IMPLEMENTAÇÃO

38. Em conformidade com as Decisões EX.CL/Dec.179 (VI) de Janeiro de 2005 e EX.CL/Dec.127 (V) do Conselho Executivo, da Comissão da União Africana, conjuntamente com o Sub-comité doo CRP para os Refugiados e em colaboração estreita com os parceiros da UA levou a cabo o seu programa de trabalho nas seguintes áreas:

- Missões de avaliação que ajudaram a sensibilizar os Estados Membros e a Comunidade Internacional sobre a situação difícil das populações deslocadas, especialmente as PIDs e os refugiados. Os doadores foram instados a partilhar o fardo dos países Africanos que albergam refugiados através do aumento da assistência para cobrir as necessidades básicas das populações deslocadas. Os Estados Membros também exortam para a criação de condições conducentes ao regresso dos seus nacionais no exílio. Os países visitados durante o período em análise foram o Benin, a Etiópia e o Gana. Como parte do gesto de solidariedade da UA para com os esforços envidados por estes países para ajudar os refugiados, o Benin e o Gana receberam cada um deles uma contribuição financeira de 30.000 \$EU para fazerem face ao fluxo de refugiados. Também foram planeadas missões no terreno para o Burundi, Chade, República Democrática do Congo, Rwanda, Somália, Sudão, Tanzânia e Uganda;

- O Representante Especial do Presidente da UA para situações de conflito armado, Sua Excelência, a Sr^a Madior Boyo chefiou uma missão à Côte d'Ivoire e discutiu minuciosamente com funcionários sêniores do país a necessidade de dar protecção aos civis apanhados no conflito entre o Governo e os grupos rebeldes.
- A 27^a Sessão do Comité Coordenador da UA sobre Assistência e Protecção aos refugiados e Pessoas Internamente Deslocadas, teve lugar a 27 de Maio de 2005, com o objectivo principal de revitalizar o trabalho deste Comité. No final das suas deliberações o CCAR fez várias recomendações visando a revitalização do Comité.
- Teve lugar em Junho de 2005 uma reunião sobre a Educação e o Desenvolvimento de Habilidades. Durante a reunião foi discutido em pormenor um documento sobre propostas e um plano de acção para atribuição de bolsas de estudo a estudantes refugiados. O Comité de Atribuição de Bolsas de Estudo irá portanto retomar a atribuição de bolsas de estudo de acordo com as novas políticas adoptadas;
- A Quinta vez que o Dia Mundial do Refugiado, foi comemorado na Etiópia sob o lema “**CORAGEM**” com um programa extensivo que incluiu uma visita ao Campo de Refugiados de Sherkole na parte Ocidental da Etiópia pelo Sub-comité do CRP para s Refugiados e a Comissão da UA. Outras actividades, organizadas conjuntamente pela UA e pelo ACNUR que contaram com a presença dos Embaixadores acreditados na Etiópia e dignatários de outras instituições. A Comissão solicitou igualmente aos Estados Membros para comemorem a data nos seus respectivos países através de actividades baseadas no tema atrás referido.
- O Bureau do Sub-comité do CRP para os Refugiados realizou uma reunião durante o período em análise. O Sub-comité do CRP também se reuniu para traçar o seu programa de trabalho para 2005 e prever a sua implementação.
- No âmbito da cooperação com instituições envolvidas em operações de assistência humanitária e acordos com várias Organizações, a Comissão participou em conferências, reuniões e seminários subordinados a várias questões incluindo a reconstrução pós-conflito em países que albergam refugiados e PIDs.

V. DESAFIOS E RUMO A SEGUIR

39. Apesar de ter implementado uma série de programas, a Comissão ainda se confronta com inúmeros desafios no âmbito humanitário. África é o Continente com o maior número de refugiados e PIDs. Para além da grave situação concernente à deslocação forçada da população, as calamidades naturais, a fome, a pobreza, e as doenças mortais continuam a causar danos a uma grande parte da população do Continente. Estes problemas, conjugados com o ainda fraco apoio internacional e a

escassez de financiamentos, continuam a complicar a missão da Comissão. Os recursos humanos e o apoio financeiro de que dispõe a Comissão é irrisório e a implementação dos seus planos continua a ser frustrada, caso não sejam tomadas medidas para inverter a situação. A falta de recursos humanos capacitados e o apoio financeiro extremamente limitado são alguns dos principais entraves ao trabalho da Comissão em várias áreas tais como:

- A mobilização de recursos, incluindo o envio de missões a países doadores potenciais;
- A garantia dos Estados Membros terem o controlo sobre os sistemas de alerta prévio, prevenção, prontidão, resposta e gestão dos desastres naturais e provocados pelo homem;
- O cumprimento do mandato do Representante Especial da UA para conflitos armados durante o período compreendido entre 2005 e 2007 (com um défice de 1.000,000 \$EU).

40. Apesar destas dificuldades, a Comissão continuará a colaborar de forma mais estreita com os seus parceiros, em particular com o ACNUR, o CICV, o PMA e a OIM com base nos seus respectivos acordos e o Memorando de Entendimento celebrados com a UA. A cooperação e a coordenação estreita constituem elementos de base nos esforços da UA tendentes a forjar e desenvolver uma parceria mais forte com os seus parceiros e outras Organizações.

41. O apoio da Comunidade Internacional é crucial com vista ao alcance destas metas. Os Parceiros de cooperação e os doadores devem honrar os compromissos que muitas vezes em conferências e reuniões, tais como a recente conferência sobre o Sudão que se realizou em Oslo, Noruega. A UA apela igualmente aos Estados Membros para contribuírem para o Fundo Especial de Contingência da UA para os Refugiados. Até à data apenas a África do Sul tem estado a contribuir para o Fundo que foi criado com vista a fazer com que a UA atinja os seus objectivos da UA relativa veemente aos programas de assistência e operações que garantem a protecção, a assistência, o regresso e a integração dos refugiados e PIDs, contribuindo deste modo para a paz e segurança no Continente. Mesmo quando os Acordos de Paz são honrados e implementados com sucesso, cabe à UA continuar a dar apoio às populações deslocadas até que estejam efectivamente reintegradas nas suas comunidades e sejam capazes de participar na reabilitação e reconstrução dos seus países.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2005

Report on the situation of refugees, returnees, displaced persons in Africa to the 7th ordinary session

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/2943>

Downloaded from African Union Common Repository